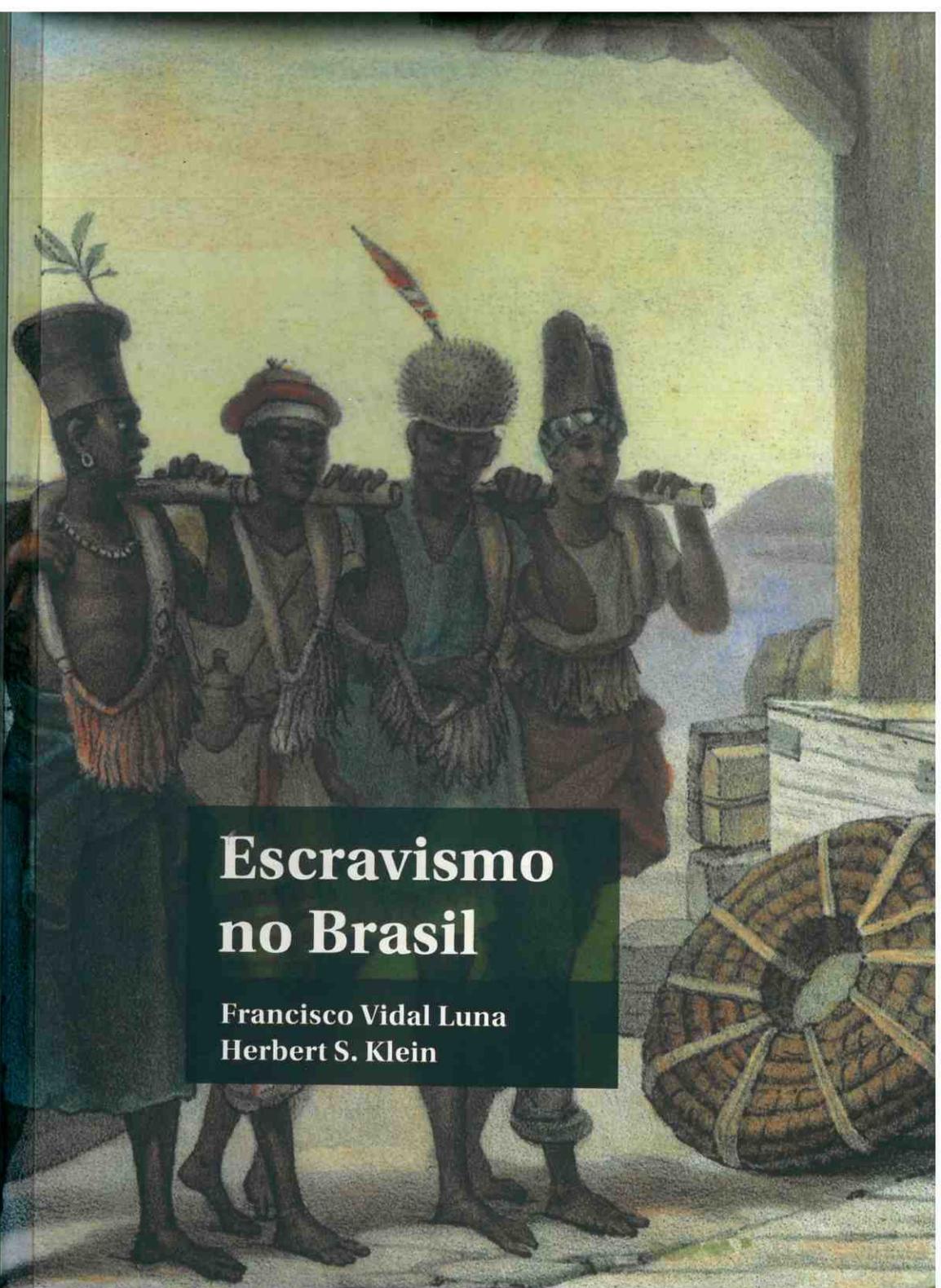


Escravismo no Brasil

Francisco Vidal Luna
Herbert S. Klein

Edusp
ISBN 978-85-314-1248-6

Imprensa Oficial
ISBN 978-85-7060-853-6



Escravismo no Brasil

Francisco Vidal Luna
Herbert S. Klein

que alegaram ser livres, alistaram-se na Marinha brasileira e serviram em navios de guerra por vários meses. Álvaro Pereira do Nascimento, "Do Cativo ao Mar: Escravos na Marinha de Guerra".

72. Fábio W. A. Pinheiro, *Tráfico Atlântico de Escravos na Formação dos Plantéis Mineiros, Zona da Mata, c. 1809-c.1830*, tabela 6, p. 75.
73. Vinícius Pereira de Oliveira, "Sobre o Convés: Marinheiros, Marítimos e Pescadores Negros no Mundo Atlântico de Porto de Rio Grande/RS (século XIX).
74. Paulo Roberto Staudt Moreira, *Os Cativos e os Homens de Bem. Experiências Negras no Espaço Urbano, Porto Alegre, 1858-1888*, p. 74.
75. *Idem*, p. 75.

A economia da escravidão

Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente¹.

João Antônio Andreoni (André João Antonil)

Essa célebre frase do padre Antonil, escrita no começo do século XVIII, não poderia ser mais verdadeira e não precisa restringir-se apenas aos senhores de engenho. Os escravos foram a mão de obra básica para a maioria da população livre, que dependia de seus serviços. Em todas as atividades econômicas exercidas no Brasil até o último quartel do século XIX, os cativos constituíram a força de trabalho essencial.

Esse reconhecimento da importância dos escravos no Brasil coexistiu, porém, com uma visão distorcida sobre a sociedade brasileira. Frases famosas como a de Antonil, apesar de sua óbvia verdade, talvez tenham contribuído para essa percepção errônea. A ideia de uma massa escrava e uma elite de grandes fazendeiros com exclusão de todas as outras classes dominou a historiografia brasileira até a primeira metade do século XX. A grande lavoura, a monocultura e o trabalho escravo foram considerados a essência da sociedade brasileira. A segmentação

dessa sociedade restringia-se a senhores e escravos, sendo o cativo visto como “coisa”, um ser culturalmente atrasado, moralmente pervertido que nada contribuiu para a cultura brasileira. Felizmente essa concepção da sociedade brasileira começou a mudar a partir da década de 1930, particularmente graças ao trabalho pioneiro de Gilberto Freyre, que deu vida aos escravos e revelou a importante contribuição que trouxeram para a formação dessa sociedade culturalmente mista.

Entretanto, embora Freyre e seus predecessores no movimento afro-brasileiro da Bahia tenham modificado a visão sobre o papel dos africanos e seus descendentes na formação do Brasil moderno, ainda mantiveram a ideia de uma sociedade essencialmente composta de senhores e escravos. Ocorre que, quando falamos em senhores, precisamos qualificá-los. Geralmente, “senhor” era sinônimo de proprietário de escravos. Mas quem foram os proprietários de escravos no Brasil? Quais as características dos indivíduos pertencentes a esse grupo e em que atividades eles empregaram seus cativos? Podemos citar dezenas de tipos de proprietários de escravos, cada qual com posição social e interesses econômicos completamente distintos. Quando falamos em senhor de engenho, tratamos de uma elite econômica e social com dezenas ou até centenas de escravos, dedicada à cultura da cana-de-açúcar no Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse tipo de elite também se destacou nas grandes fazendas de café do Vale do Paraíba no último século da escravidão. Talvez a mineração em grande escala nas lavras de Minas Gerais apresentasse características semelhantes. Essas atividades em grande escala organizavam a escravaria em turmas de trabalho e se caracterizaram pela pouca especialização e muito trabalho braçal. O controle rígido e a violência física necessários para assegurar a produtividade talvez sejam os fatores que marcaram essa forma de exploração. Há, porém, que perguntar: quanto essas atividades foram representativas da sociedade brasileira? Obviamente sua importância foi imensa, pois elas constituíram as principais atividades econômicas em vários períodos da história brasileira e foram a razão da ocupação e colonização do território, bem como a forma de inserção do Brasil no mercado internacional, tanto sob as regras do sistema colonial como na condição de país independente. Mesmo assim, não podemos caracterizar a escravidão no Brasil somente com base nessas atividades. Pelo menos de 1700 em diante, em nenhum momento

da história da escravidão brasileira os cativos dos engenhos, minas e cafezais compuseram a maioria dos escravos residentes no Brasil. Na verdade, a maior parte da população cativa pertencia a proprietários muito diferentes dos grandes fazendeiros e mineiros. Podemos classificar nessa categoria econômica e social o padre que tinha uma velha escrava para ajudá-lo no trabalho da igreja? Ou a negra forra que, nas Minas Gerais do século XVIII, declarou-se pobre apesar de possuir sete escravos? Ou os milhares de agricultores que se dedicavam ao cultivo para o mercado interno, além de produzir para subsistência empregando um ou dois escravos que ajudavam a família no trabalho em seu pequeno pedaço de terra? Como definir o senhor que empregava seus cativos no comércio urbano, ou o faiscador que possuía alguns escravos a quem ele dava total liberdade de movimentos e do qual recebia uma remuneração diária em ouro? Como caracterizar o dono de um escravo coartado que conseguiu efetiva autonomia e gradualmente pagou pela própria liberdade? Como caracterizar um agricultor proprietário de um cativo que trabalhava com ele em sua roça? Como classificar o senhor que alforriou seu escravo sob a condição de que este continuasse a servi-lo enquanto ele vivesse? Como classificar as relações do proprietário de escravo com seu filho ilegítimo ainda mantido em cativo? Finalmente, como classificar o agregado que reside na casa de outrem, não tem uma atividade identificável e possui escravos? Tudo isso sugere uma estratificação e organização social muito mais complexas do que aquela apontada pelas análises tradicionais sobre a escravidão no Brasil. A abundante historiografia atual sobre a escravidão mostra situações cada vez mais complexas e peculiares, embora igualmente frequentes, que marcaram a escravidão no Brasil.

A categoria “escravo”, por outro lado, é bem determinada, particularmente sobre o aspecto jurídico. Mas quando estudamos o efetivo espaço social dos cativos no Brasil, encontramos variadas situações que exigem qualificações para o entendimento da organização e do funcionamento da escravidão brasileira. Vejamos alguns exemplos. Como comparar o papel social, as oportunidades e a liberdade de ação dos cativos empregados na produção e os numerosos escravos usados em serviços domésticos? Como comparar esses três fatores para os cativos de áreas urbanas e rurais? Como comparar os escravos inseridos nas turmas do trabalho agrícola e os cativos com qualificação empre-

gados no beneficiamento da cana ou como artesãos? Como classificar um cativo casado com uma pessoa livre? Ou um escravo cujos filhos são livres? Ou, ao contrário, qual é a relação entre um escravo e seu proprietário quando este é forro ou vive de esmolas? Como classificar um domicílio composto apenas de escravos? Onde situar o cativo coartado? Qual a posição social de um escravo que é filho de seu senhor e foi reconhecido e alforriado no testamento deste? Como comparar os cativos envolvidos no duro trabalho das turmas nas fazendas com os que se dedicavam a conduzir comboios de mulas ou a criar gado? Esses exemplos são apenas alguns que sugerem a complexidade da sociedade escrava no Brasil e a diversidade de espaços sociais que os cativos podiam ocupar no sistema. Os estudos recentes sobre a escravidão brasileira evidenciam essa imensa diversidade dos escravos e senhores e nos permitem compreender melhor as complexas relações sociais prevaletentes no Brasil durante o longo período da escravidão.

Os estudos sobre a escravidão no Brasil realizados nos últimos trinta anos revelaram uma sociedade muito complexa tanto do ponto de vista econômico como social. Encontramos escravos alforriados em toda parte, inclusive forros possuidores de cativos. No distrito diamantífero de Serro do Frio, no auge do *boom* mineiro, forros representavam a extraordinária parcela de 20% dos proprietários de escravos. Seria possível classificá-los como “senhores”? Teriam eles o *status* social de um senhor? Também encontramos escravos em todo tipo de atividade. Cativos eram a força de trabalho não só nas minas e fazendas, mas também na produção de gêneros básicos, nas atividades artesanais, no comércio, transporte, pesca, artes e no trabalho doméstico. Eles são mais reprimidos nas áreas rurais e mais livres nas cidades. Face à intensa miscigenação, logo os mestiços, mulatos e pardos formam a maioria da sociedade — como escravos, forros e pessoas livres de cor. A despeito das qualificações feitas, cabe salientar que o regime escravista no Brasil, apesar das suas complexidades e especificidades no tempo e no espaço, baseou-se na violência, aparente ou velada, que era um elemento essencial para a sobrevivência desse sistema de trabalho em qualquer sociedade. Mostrar a complexidade daquela sociedade não atenua a violência do regime escravista; apenas amplia nossa compreensão. Como *O manual do agricultor brasileiro* alertou seus leitores em 1839, dado que a escravidão era uma violação dos direitos naturais, a

única maneira de forçar os escravos a trabalhar era incutir “medo, e somente o medo, aliás empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista [...]”².

A análise de um modelo interpretativo da escravidão no Brasil não é uma tarefa fácil. Nosso interesse é descobrir formas de classificar suas relações sociais e econômicas, sem preocupação com a análise teórica dos modos de produção, um tema que foi fundamental em meados do século XX³. Assim, examinamos a literatura disponível em busca de modelos que nos ajudem a entender o que ocorreu, sem perder de vista a especificidade da experiência brasileira nem simplificar excessivamente a realidade do Brasil. O economista Stefano Fenoaltea criou um modelo explícito de uma economia escravista baseada tanto na escravidão clássica como na moderna⁴. Segundo ele, em tarefas que requerem maior esforço físico, pouca habilidade e pouco cuidado, a violência física e a necessidade de rigorosa supervisão constituem as características essenciais. Nesses casos, pode-se obter mais produção dos escravos com a violência efetiva ou pelas ameaças. Os custos de usar a violência e supervisionar mais de perto são compensados por uma produção maior. Essa foi a característica das formas do uso da mão de obra na mineração em grande escala e na grande lavoura. Em contraste, quando o trabalho requer atenção meticulosa, dedicação e habilidade, o uso da força não é tão eficaz. Nesses casos, adotam-se diversas formas de incentivo positivo. O modelo de Fenoaltea pode ser usado para definir os diferentes sistemas de trabalho usados na escravidão brasileira. O trabalho rotinizado em turmas com efetivo ou potencial uso da violência como forma predominante de controle da mão de obra claramente prevaleceu na agricultura e na mineração em grande escala. Em todas as outras variadas atividades espalhadas pelo Brasil houve uma mistura de incentivos negativos e positivos. Foram os incentivos positivos que ensejaram a alforria de escravos, voluntária ou por autocompra. Todos — desde os cativos que trabalhavam nas casas, mascates e mineiros itinerantes, até os jornaleiros — tinham acesso a uma renda ou a outras formas positivas de incentivo ao trabalho. Em algumas atividades, esse era o meio mais eficaz de obter melhores resultados da mão de obra cativa. Razões humanitárias, até mesmo nos casos de filhos ilegítimos de senhores, embora presentes, não foram a principal causa da concessão voluntária da alforria.

Contudo, até mesmo em tarefas nas quais se usavam incentivos positivos, a violência esteve presente. O senhor tinha poder absoluto sobre o escravo e podia infligir castigos físicos sérios. Como explicou Tau-nay, um fazendeiro podia exercer o poder como “chefe de um pequeno reinado, [...] governar despoticamente, e acumular as atribuições de legislador, magistrado, comandante, juiz e algumas vezes de verdugo [...]”⁵. O senhor controlava a liberdade do escravo, e do filho do escravo caso nascesse de mãe cativa. Alguns cativos obtinham a própria liberdade, mas não a de sua mulher, filhos ou pais. A violência também era implícita no sistema que permitia a separação da família pela venda de seus membros. Assim, mesmo com incentivos positivos, não se pode falar em escravidão sem reconhecer sua inerente violência.

Podemos citar um exemplo que ilustra claramente os dois tipos de trabalho, e na mesma ocupação. Praticava-se a mineração de ouro e diamante em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Por mais atenta que fosse a supervisão dos escravos, era preciso contar com a responsabilidade e a iniciativa deles nas áreas auríferas e diamantíferas. Por isso, inclusive nas grandes lavras, os mineiros tentavam incentivar seus cativos de vários modos. Podemos distinguir duas fases nesse processo extrativo. No trabalho mais bruto, que exigia grande esforço físico, usavam-se escravos para escavar, movimentar terra, perfurar canais, construir barragens, canalizar rios etc. Essas tarefas requeriam controle e supervisão, mas não uma atenção intensa por parte dos feitores. A outra fase, que consistia na apuração do ouro ou dos diamantes, demandava controle mais apurado, porém este não era suficiente. Havia necessidade de estimular o interesse, cuidado e atenção dos cativos. As extraordinárias aquarelas e litografias de Rugendas e Carlos Julião mostram o rigor do controle nessa fase, na qual cada escravo tinha seu supervisor. Essa inusitada supervisão individual garantia que o escravo não poderia roubar ouro ou diamante, mas não o impedia de descartar ouro ou diamantes valiosos. Nessa fase final da mineração, era normal oferecer algum tipo de recompensa ao escravo, especialmente na extração dos diamantes. Encontrar uma pedra de alto valor poderia ser premiada até mesmo com a alforria. No caso de mineiros com poucos escravos e baixo capital, havia todo um leque de incentivos e acordos entre o proprietário e seus escravos. Era comum, por exemplo, dar ao escravo itinerante — o faiscador — total autono-

mia para garimpar com a condição de pagar ao respectivo proprietário uma importância fixa em oitavas de ouro⁶.

Devemos ressaltar que, quando afirmamos que inúmeras formas de trabalho escravo baseavam-se em incentivos positivos e não na violência física direta, não estamos dizendo que a violência não foi uma das características básicas do escravismo moderno no Brasil. Claramente, foi através da violência que pessoas livres foram transformadas em escravos na África e transportadas à força para a América. A violência da captura, da travessia do Atlântico e do afastamento forçado de parentes e amigos foram características essenciais do sistema. Estudos recentes mostraram os numerosos testemunhos dessa violência e as manifestações individuais e coletivas de revolta e agressão. Entretanto, a sociedade que se formou no Brasil foi suficientemente complexa para gerar outro tipo de violência, semelhante a que ocorria entre os livres, como a violência de natureza pessoal, fruto do convívio social cotidiano. Isso pode ser exemplificado na violência entre cativos e destes com pessoas livres fora da relação escravo-senhor. Como em qualquer sociedade humana, esse tipo de violência refletia conflitos sociais ou paixões. Às vezes é difícil separar os dois tipos de violência em uma sociedade escravista, mas eles precisam ser separados. Claramente, a violência contra o escravo destinada a extrair-lhe trabalho e a violência do escravo contra o sistema e contra seu senhor compõem um padrão, e os conflitos cotidianos entre iguais compõem outro completamente diferente. Mas também é crucial perceber que havia incentivos positivos, os quais faziam sentido econômico, sobretudo nas tarefas exigidas pelo proprietário nas quais a violência seria contraproducente e dispendiosa.

Essa discussão sobre incentivos positivos e negativos foi uma parte fundamental do argumento dos economistas Robert Fogel e Stanley Engerman em sua análise da escravidão norte-americana⁷. Mas a ênfase desses autores incide em um suposto nível uniforme de incentivos positivos com um mínimo de violência em todas as atividades escravas. Por isso eles foram criticados por numerosos estudiosos, os quais mostraram quanto foi importante a supervisão rigorosa e a violência para a produtividade da mão de obra cativa no Sul dos Estados Unidos⁸. O importante no modelo de Fenoaltea é que ele reconhece, alicerçado no estudo de numerosos sistemas escravistas, que diferentes tipos de tra-

balho escravo podem diferir acentuadamente em produtividade com base nos incentivos positivos e negativos. Claramente, reconhecer tais diferenças contribui para explicar as surpreendentes variedades de situações encontradas na escravidão brasileira, e ainda mais a expansão rápida e precoce das pessoas livres de cor ocorrida muito antes da abolição da escravidão em 1888.

Outro fator que vale a pena considerar ao analisarmos a estrutura econômica da escravidão brasileira é a surpreendente distribuição dos escravos por todos os grupos sociais e atividades, desde os fazendeiros brancos da elite às mulheres forras e pessoas que poderiam ser classificadas como pobres. Esse é um padrão diferente do que se desenvolveu nos Estados Unidos, apesar do fato de que os dois sistemas escravistas foram parecidos no que respeita à importância relativa dos cativos e proprietários de escravos e ao tamanho relativamente modesto dos plantéis em comparação com as Antilhas. Porém, como mencionou o economista Gavin Wright, nos Estados Unidos os produtores agrícolas diferiram drasticamente quanto a posse de escravos⁹. Lá a escravidão associou-se quase exclusivamente a um alto nível de produção comercial, enquanto o setor agrícola com baixa comercialização usualmente não possuía cativos. Os pequenos produtores tendiam a dedicar-se à produção de gêneros de subsistência, com pouca venda de excedentes no mercado local. Para Wright, o alto risco no longo prazo associado à produção para o mercado, bem como os elevados investimentos necessários para ingressar naqueles setores, mantiveram a grande maioria dos agricultores fora da atividade exportadora. Segundo o autor, essa divisão baseada no risco de longo prazo marcou a distinção entre proprietários e não proprietários de escravos. Os primeiros associavam-se principalmente com o mercado exportador, e os outros, com a produção local de gêneros de subsistência. Portanto, Wright ressalta a associação entre alto risco de mercado e adoção da mão de obra escrava.

Já no Brasil, embora inquestionavelmente o setor exportador tenha absorvido uma parte substancial e crescente da força de trabalho cativa ao longo do tempo, nota-se uma surpreendente distribuição da posse de escravos entre produtores de alimentos e até entre alguns agricultores de subsistência, além de uma parcela elevada da escravaria pertencer a artesãos. Havia claramente um risco de longo prazo na agricultura de exportação e na mineração, mesmo quando se pro-

curava adotar medidas de redução de risco para os produtores. Por exemplo, a divisão entre senhores de engenho e lavradores de cana no princípio da indústria açucareira do Nordeste foi uma tentativa de reduzir os riscos dos proprietários de engenhos. Estes corriam riscos maiores e tinham o maior investimento de capital, enquanto os lavradores de cana tinham baixo nível de capitalização associados aos dispendiosos processos de beneficiamento. Contudo, mesmo para os lavradores independentes, existia um alto nível de risco ligado aos preços no mercado internacional, especialmente porque o ciclo de produção da cana era longo. Na segunda metade do século XIX, os grandes cafeicultores corriam risco semelhante. A partir do início do século XIX, quando o capital estrangeiro substituiu o nacional na mineração aurífera, o uso da mão de obra cativa e a existência do risco de mercado de longo prazo continuaram a existir, devido a fatores de mercado e geológicos que estiveram presentes durante todo o período de suas operações. Os investimentos em prospecção eram imensos e nem sempre compensavam.

Esse modelo de risco e escravidão, porém, não se sustenta tão bem para o Brasil. Durante quatro séculos, escravos foram usados tanto na produção para o mercado exportador quanto para o mercado local e em todos os aspectos da produção agrícola, inclusive a de gêneros alimentícios e na agricultura de subsistência, além de serem empregados em numerosas ocupações artesanais. Embora os cativos fizessem parte da força de trabalho rural, compondo as turmas que trabalhavam nas fazendas, grande parte da população escrava era usada em serviços domésticos e na agricultura de subsistência, em manufaturas e em atividades voltadas ao mercado local. Além disso, havia no Brasil pequenos produtores que vendiam para o mercado externo, alguns dos quais, inclusive, não possuíam escravos. Isso ocorreu no início da cafeicultura e da exploração de ouro aluvial em Minas Gerais. Ademais, apesar do grande desenvolvimento do modelo da grande lavoura escravista no Brasil, como ocorrido na indústria açucareira do Nordeste e depois no Rio de Janeiro e São Paulo e na cafeicultura no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais no século XIX, a importância do sistema de *plantation* no tocante à parcela da escravaria total sob seu controle foi limitada, não ultrapassando 20% da população cativa residente¹⁰. Mesmo no auge do *boom* minerador, os escravos usados nas grandes

lavras compuseram uma parcela minoritária da população cativa existente nas regiões mineiras. O caso brasileiro mostra uma imensa diversidade de usos dos escravos em outras áreas fora da grande lavoura. Além disso, encontramos produtores sem escravos em todos os tipos de atividade, com exceção do fabrico de açúcar. É essa diversidade no uso dos cativos e de produtores sem escravos a principal característica do escravismo brasileiro.

Por falta de uma defesa positiva da escravidão no Brasil durante o período colonial e no século XIX¹¹, nunca emergiu uma escola de pensamento que defendesse a instituição com argumentos econômicos. A suposição de praticamente toda a literatura histórica foi a da racionalidade econômica da posse de escravos. A tradição historiográfica marxista adotou a ideia da ineficiência do trabalho escravo e sua suposta incompatibilidade com o capitalismo moderno, mas não questionou sua base econômica¹². Por causa dessa tradição, contamos com relativamente poucos estudos detalhados sobre a economia da instituição. Os melhores dentre esses estudos, alguns influenciados pelo trabalho clássico de Conrad e Meyer¹³, são os de Pedro Carvalho de Melo¹⁴, Flávio Versiani¹⁵, Antonio Barros de Castro¹⁶, Iraci del Nero da Costa¹⁷ e, mais recentemente, Roberto Monastério¹⁸. Todos concluíram que os padrões de investimento de capital em mão de obra escrava no café, açúcar ou até no charque no Rio Grande do Sul foram economicamente racionais, e que a eficiência relativa do trabalho escravo foi competitiva com o trabalho livre nos tipos de atividade agrícola que empregaram cativos. Além disso, pesquisas recentes mostram crescente interesse na racionalidade econômica da administração do trabalho escravo no século XIX, tanto no Brasil, como em outras sociedades escravistas da América. Utilizando modelos de controle e administração do trabalho livre, proprietários e profissionais envolvidos diretamente na administração do trabalho cativo tentaram aplicar aquelas técnicas para seus trabalhadores escravos. No Brasil, tais ideias surgiram na primeira metade do século XIX¹⁹, mas alcançaram importância na segunda metade do século, com a dramática expansão da cafeicultura e face a escassez de mão de obra e custos crescentes do fator trabalho. Tais ideias representavam as modernas técnicas de administração do trabalho e o aprofundamento da racionalidade que ocorria no mundo capitalista²⁰.

Outro debate a respeito da escravidão procura determinar se o uso da mão de obra cativa inibiu ou limitou o desenvolvimento tecnológico da economia brasileira. Essa é uma questão difícil de responder, devido à escassez de estudos sobre o tema que abordem a experiência brasileira. Inegavelmente, o fabrico do açúcar nos séculos XVI e XVII empregou a mais avançada tecnologia do período. O declínio relativo da indústria açucareira no Brasil deveu-se à ascensão de novos centros com melhor tecnologia, mas estes também empregavam mão de obra escrava. Isso se aplica especialmente a Jamaica e Cuba, onde ocorreu uma revolução na tecnologia açucareira no século XIX com uso do braço escravo. É verdade que em geral as funções mais especializadas na tecnologia do açúcar eram reservadas para trabalhadores livres, porém nada impedia que os senhores usassem essa modalidade de mão de obra, e muitos o fizeram. Ademais, algumas dessas funções e habilidades eram encontradas entre trabalhadores cativos. O atraso econômico da indústria da mineração no Brasil, muito discutido na literatura, não se deveu ao trabalho escravo, mas à inexperience dos empreendedores portugueses e brasileiros. Além do mais, quando a tecnologia mais avançada foi introduzida por mineradoras inglesas em Minas Gerais no século XIX, essas companhias estrangeiras empregaram trabalho escravo exatamente como todos os outros empreendimentos brasileiros²¹. Nas tecelagens, minas e fazendas brasileiras não havia restrições ao emprego de trabalhadores livres e escravos ao mesmo tempo, embora em geral as partes mais rudimentares e não qualificadas do trabalho fossem deixadas para os escravos. Trabalhadores livres e cativos foram usados lado a lado e, em certos casos, cativos foram incumbidos de tarefas tão especializadas quanto trabalhadores livres²². O uso de incentivos positivos em algumas das tarefas mais especializadas nos setores de serviço ou de produção muitas vezes deixou escravos em posição semelhante à de trabalhadores livres no que respeita à remuneração. Muitos cativos conseguiram obter a liberdade nesses tipos de ocupação em troca de trabalho ou comprando-a com os salários ou premiação que receberam. O trabalho nos moldes de uma linha de montagem de fábrica, com sua minuciosa divisão de tarefas, provavelmente seria difícil de manter-se com mão de obra cativa, embora escravos pudessem ser encontrados em todas as fábricas têxteis e em outras manufaturas estabelecidas no século XIX. Não é difícil imaginar

que escravos possam ter sido usados nessa força de trabalho industrial, considerando que no período inicial da industrialização, no século XIX, a força de trabalho nas fábricas caracterizou-se pela presença de crianças e mulheres, más condições de trabalho, longas horas e uso de violência física. Assim, ao que parece, o emprego do braço escravo em si não foi impedimento ao desenvolvimento tecnológico, tendo este, provavelmente, sido influenciado mais pelas condições de capital e mercado do que pela disponibilidade ou indisponibilidade de trabalhadores assalariados livres.

Um número considerável de trabalhos recentes investigou o mercado de escravos e, mais particularmente, a mutável estrutura de preços desse mercado. Todos esses estudos mostraram que a estrutura de preços dos cativos representa uma visão positiva dos investidores quanto ao futuro da instituição. O preço de uma escrava adulta em idade fértil, por exemplo, incluía um ágio pelo potencial de gerar filhos cativos, o chamado "preço positivo por filhos não nascidos"²³. Tais estudos também indicaram uma lenta e constante evolução de um mercado nacional de escravos com convergência dos preços dos cativos ao longo do tempo. Os mais abrangentes desses estudos são os de Bergad sobre Minas Gerais²⁴, Carvalho de Melo sobre o Rio de Janeiro²⁵, Katia Mattoso sobre a Bahia²⁶ e Versiani e Vergolino sobre Pernambuco²⁷. Outros estudiosos também levantaram séries de curto prazo ou de âmbito local levando em conta ocupações, idades e sexos dos escravos²⁸. Esses trabalhos constataram a racionalidade do mercado de escravos e mostraram que no século XIX havia um mercado nacional coerente de cativos, cujos preços seguiam trajetórias semelhantes em todas as regiões do Brasil, desde o litoral e o interior de Pernambuco até as regiões cafeeiras de São Paulo e as cidades interioranas de Minas Gerais.

A manutenção de um sistema escravista moderno por quatro séculos requereu uma organização complexa do mercado de escravos, que era o próprio mercado de trabalho no Brasil. Os preços dos cativos não eram fixos e refletiam variações nas condições de mercado, além de variarem no tempo e por região. Como a compra de um cativo representava uma compra futura de trabalho, o proprietário tinha de levar em consideração as condições de mercado para seus próprios produtos. Mas quais eram os principais fatores determinan-

tes da oferta e demanda de cativos e, portanto, do trabalho escravo? Inicialmente, podemos salientar as condições de oferta de cativos nos principais mercados e a organização do tráfico. Além de disputas permanentes entre as principais nações envolvidas no controle do fornecimento de cativos e seu transporte para a América, ocorreram também mudanças nas condições de oferta ocasionadas por conflitos dentro da África, em importantes áreas fornecedoras de escravos. Apesar da progressiva expansão do mercado de cativos nascidos no Brasil, até 1850 o tráfico atlântico foi o elemento determinante na fixação dos preços, particularmente nas regiões onde predominavam as culturas de exportação. Como mencionado, escravos foram usados nas mais diversas áreas, mas provavelmente as atividades econômicas mais importantes e sua lucratividade determinaram as condições da demanda, sobretudo para os cativos mais aptos para o trabalho: adultos em boas condições físicas que, além disso, possuíssem algum tipo de especialização valorizada pelo mercado. Além do mais, como a compra de um escravo representava a compra antecipada de força de trabalho, as condições de crédito e as taxas de juros eram fundamentais na determinação da estrutura de preços dos escravos. Assim, dadas as condições de mercado das atividades econômicas predominantes, a oferta de escravos e o mercado de crédito, seria de esperar o surgimento de uma estrutura de preços de escravos, que privilegiasse fatores como vigor físico, sexo, idade e qualificações, abarcando os cativos de todas as idades, inclusive crianças e velhos.

Os estudos demonstram que mesmo no Brasil, em alguns períodos e regiões, existiu a possibilidade da reprodução natural da força de trabalho escrava. Mesmo quando isso não ocorreu, houve um processo de reprodução que aumentava a participação dos cativos nascidos no Brasil e sua importância na oferta interna de mão de obra escrava. A disponibilidade de cativos nascidos no Brasil alterava as condições da oferta, pois criava uma fonte de escravos independente do tráfico atlântico e com características demográficas próprias. Em vez de adultos do sexo masculino, o grupo populacional mais visado pelo tráfico, a oferta interna ofereceu um leque amplo de oportunidades, com igualdade numérica entre os sexos e bem distribuídos entre as várias faixas etárias. Isso expandiu as oportunidades no mercado de escravos, tanto para compradores como para vendedores. Para um produtor especia-

lizado que necessitasse de cativos — um mineiro, por exemplo, que não tivesse interesse em sustentar sua força de trabalho e possuísse um plantel altamente concentrado em homens adultos —, investir na reprodução de cativos era menos interessante do que para um agricultor que cultivasse produtos variados, pois este talvez preferisse ter um plantel equilibrado do ponto de vista demográfico. Cuidar de crianças escravas, como demonstraram muitos estudos, era, aliás, uma atividade especializada nas unidades escravistas maiores. De fato, constatamos que nos grandes plantéis agrícolas foi maior a parcela de cativos casados e de crianças. Assim, como exemplificado por esses dois casos extremos, cada proprietário de escravos, efetivo ou em potencial, via-se diante de várias alternativas de idade e razão de sexo para comprar sua escravaria, dependendo do tipo de uso da mão de obra. Um proprietário poderia vender um adulto apto ao trabalho por um preço suficiente para adquirir dois escravos jovens, que gradualmente atingiriam maturidade física e experiência valorizadas pelo mercado. Outros senhores podiam usar os serviços de uma criança ou uma mulher idosa, dependendo das necessidades e possibilidades do comprador. Os diferentes tipos de ocupação dos cativos permitiram a formação de uma estrutura de preços que refletiu as condições específicas de demanda e as diversas capacidades e aptidão de trabalho dos escravos.

O mercado de escravos também foi influenciado por diferentes tipos de tributos, desde as taxas cobradas por vários governos na África ou América na fase do transporte até as vigentes no mercado local. Durante alguns anos, o governo chegou a cobrar dos proprietários uma taxa especial *per capita*, como ocorreu em Minas Gerais na fase inicial da mineração. Esse foi um modo de a Coroa apropriar-se de parte da renda gerada na região. Em alguns períodos, a parcela da produção aurífera cobrada pela Coroa, o quinto²⁹, foi calculada indiretamente com base no número de escravos do proprietário, número esse que representava a “produção potencial” de cada mineiro. Era, taxada portanto, a “capacidade potencial” e não a produção efetiva, que dependia de fatores diversos, entre eles a pura sorte. A tributação também foi usada para limitar a movimentação interprovincial de escravos após a abolição do tráfico atlântico. O tráfico interprovincial refletia a atração de cativos para as atividades mais lucrativas, e nesse período o centro de atração eram as zonas cafeeicultoras. A cobrança de tributos sobre

os escravos transacionados era o único meio para manter a força de trabalho cativa nas regiões onde não se plantava café e as atividades eram menos lucrativas. Isso claramente prejudicava os proprietários de cativos nas regiões vendedoras, mas mantinha a viabilidade econômica das atividades ali desenvolvidas. A manutenção de atividades que empregavam o braço escravo em todas as regiões foi fundamental para a preservação da escravidão no terceiro quartel do século XIX, quando se intensificou o movimento abolicionista. Com a fixação da tributação sobre as transações de escravos entre províncias, evitou-se a concentração de todos os escravos em poucas regiões. Dessa forma, a abolição representava um prejuízo que atingia proprietários de escravos por todo o Brasil, fortalecendo o movimento contra a abolição.

Numerosos estudos sobre renda e riqueza no Brasil pré-abolição demonstraram que os escravos representavam uma parte significativa da riqueza pessoal³⁰. Embora haja variações conforme o tempo e o lugar, os resultados desses estudos sobre riqueza indicam que em geral os cativos compunham cerca de 30% do patrimônio das pessoas abastadas no Brasil. Ademais, a parcela da riqueza aplicada em escravos tinha um nível de liquidez muito superior a outras formas de alocação de riqueza, como terras e equipamentos³¹. Além disso, parte das transações com escravos realizava-se por intermédio de crédito, possibilitado pela alta liquidez representada pelos cativos, especialmente em comparação com outros ativos não financeiros, e pela relativa estabilidade dos preços dos escravos, mostrada em vários estudos que analisaram o tema. Também é importante compreender a relação entre terra e posse de escravos. As sesmarias foram o principal meio de obtenção de terras até parte do século XIX. Essas vastas extensões fundiárias eram concedidas pela Coroa sob a condição de que fossem efetivamente exploradas. Como sabemos, na estrutura da posse de escravos, predominavam os plantéis pequenos e médios, poucos eram os plantéis com mais de quarenta cativos e raros os que chegavam a cem. Assim, havia uma clara incompatibilidade entre a extensão da propriedade fundiária recebida na forma de sesmaria e potencial de exploração econômica dos proprietários, tendo por base a capacidade da força de trabalho cativa em cada plantel³². Mesmo com o aumento significativo da população livre pobre que foi continuamente empregada na economia brasileira, a utilização desse contingente não foi de grande importância na for-

ça de trabalho utilizada nas grandes propriedades. Como, então, essas áreas imensas que foram minimamente exploradas puderam ser mantidas por gerações? Aparentemente, a maioria dos grandes proprietários pôde defender suas terras permitindo que elas fossem ocupadas precariamente por agricultores dedicados a cultivos de subsistência. No momento em que puderam empregar suas terras em alguma atividade comercial de vulto, expulsavam esses agricultores pobres e faziam seus próprios cultivos, empregando mão de obra escrava³³.

É fundamental entender a extraordinária extensão do trabalho escravo no Brasil e seus reflexos sobre as demais formas de trabalho. Embora nos quatro séculos de escravismo no Brasil ocorresse grande expansão da população livre, cuja maioria compunha-se de pessoas de cor, nunca se organizou um mercado de trabalho assalariado livre que permitisse substituir os cativos por empregados livres nas atividades econômicas mais importantes, ou seja, as voltadas sobretudo para o mercado internacional, como açúcar e café. O trabalho livre existiu, mas geralmente em atividades esparsas e não nas formas mais complexas de produção agrícola, como as turmas de trabalho nas fazendas ou nas lavras. O trabalhador livre situou-se nos dois polos da organização do trabalho: em ocupações qualificadas e especializadas ou em tarefas suplementares dos grandes centros exportadores (abrindo estradas, derrubando mata virgem, consertando cercas etc.). Além disso, como se sabe, a persistência da escravidão inibiu o uso da mão de obra imigrante, apesar da grande oferta de trabalhadores europeus no século XIX. Enquanto existiu escravidão não foi possível introduzir com eficácia o trabalho imigrante no Brasil. Logo em seguida à Abolição, a imigração estrangeira ocorreu em massa nas principais regiões cafeeiras do Sudeste, em especial São Paulo. A oferta internacional dessa mão de obra foi tão abundante que, apesar da abrupta emancipação dos cativos, não houve graves perdas de força de trabalho no núcleo cafeeiro. Imediatamente os escravos negros foram substituídos pelo intenso fluxo de imigrantes que supriram de braços o mercado de trabalho local, enquanto em outras áreas rurais desenvolveram-se variadas formas de utilização do trabalho livre executado por ex-escravos, que manteve a produção local e a exportação de culturas tradicionais.

Por que um grande contingente de pessoas livres, em grande parte mestiços e não proprietários de escravos que se dedicavam à subsis-

tência ou viviam como dependentes ou agregados na terra de outrem, não pôde ser organizado em um mercado de trabalho livre capaz de substituir ou mesmo complementar o trabalho escravo? Mesmo depois que o encerramento do tráfico atlântico e as crescentes pressões da comunidade internacional tornaram o fim da escravidão uma possibilidade distinta e clara, por que essa substituição da mão de obra cativa foi impossível de ser obtida? Desde o princípio, foi patentemente difícil atrair trabalhadores assalariados livres em razão das características do Brasil: um país tropical inóspito, mas sobretudo dotado de abundância de terras. Não havia um sistema de controle capaz de impedir que trabalhadores assalariados gradualmente se transformassem em pequenos agricultores livres (como proprietários de terras, posseiros ou agregados), sem que houvesse algum tipo de restrição à liberdade para trabalhar. Na clássica frase de George Gibbons Wakefield:

Qual foi a causa única de os cristãos reavivarem a escravidão senão a descoberta de regiões incultas [vazias] e a desproporção que sempre existiu nessas regiões entre a demanda e a oferta de trabalho? E o que é que aumenta o número de cativos para os senhores cristãos senão o aumento de capitalistas cristãos necessitando de trabalhadores por causa da difusão do povo cristão por terras até então incultas?³⁴

Como observou o economista moderno Evsey Domar, de três elementos — “terras livres, camponeses livres e proprietários de terra que não trabalham — podem existir simultaneamente quaisquer dois, *mas nunca três*. A combinação que será encontrada na realidade dependerá do comportamento de fatores políticos — medidas governamentais [...]”³⁵. Claramente, no contexto brasileiro, com abundância de terras livres e uma classe de proprietários de terra promovida pela Coroa, o recurso ao trabalho forçado foi inevitável. Basta recordar que em fins do século XIX os mapas da província de São Paulo mostravam que metade do seu território ainda era classificada como “terras ocupadas por índios selvagens”, ou seja, uma fronteira aberta e livre para novas ocupações³⁶.

O que determinava se uma terra era livre ou ocupada era, na verdade, sua viabilidade para a exploração econômica, e não um simples título de propriedade. A viabilidade era em grande parte

determinada pelo sistema de transportes. Enquanto o sistema de transporte baseou-se exclusivamente em mulas, cultivos destinados ao mercado internacional não podiam ser produzidos em áreas muito distantes do litoral. A distância não limitava a extração do ouro e dos diamantes em razão do elevado valor desses produtos. Contudo, ele restringiu a disseminação de culturas volumosas como o café, que só alcançou o oeste de São Paulo por ferrovias. Portanto, sempre existiram terras livres em abundância, na fronteira ou em áreas exploradas, esgotadas e abandonadas, uma característica comum da agricultura brasileira. A efetiva ocupação econômica do Brasil não foi além de algumas centenas de quilômetros da costa antes da segunda metade do século XIX. Esse fator explica a abundância de trabalhadores livres sem escravos na agricultura de subsistência e a ausência de um grande mercado de trabalho livre no Brasil. Este só foi criado com a abolição da escravidão e a imigração em massa de trabalhadores europeus livres no fim do século XIX, e quando a terra economicamente explorável havia sido apropriada. Também cabe notar que a própria existência da escravidão como uma força de trabalho alternativa inibiu o desenvolvimento de um mercado de trabalho livre, pois criava um preconceito contra o trabalho manual, assalariado. A integração de trabalhadores brasileiros livres ao mercado de trabalho foi um processo lento que, de fato, estendeu-se até a segunda metade do século XX. Há casos bem conhecidos de tentativas de integrar cativos e imigrantes na produção cafeeira. Mas isso acarretou greves e conflitos nas fazendas e acabou levando vários países europeus a proibir o recrutamento de trabalhadores para o Brasil.

Com base na profusão de estudos sobre a escravidão nas várias regiões e em diferentes períodos, o que podemos afirmar a respeito da organização geral desse sistema de trabalho no Brasil? De modo geral, podemos dizer que ele reproduziu as características essenciais encontradas em outras regiões, mas também há características exclusivas no desenvolvimento brasileiro da escravidão africana na América que devem ser ressaltadas. Elas resultaram do especial processo histórico da evolução desse sistema de trabalho implantado na estrutura da sociedade e economia brasileiras. Por sua vez, tal sistema foi tão longevo que influenciou fundamentalmente a estrutura da sociedade e da economia do Brasil até a segunda metade do século XIX.

O trabalho escravo de africanos foi inicialmente introduzido no Nordeste brasileiro, essencialmente na produção açucareira, que avançou pelos séculos XVI e XVII. Provavelmente, nesse período essa mão de obra limitou-se às áreas influenciadas pelo fabrico do açúcar e foi pouco utilizada em outras partes da colônia. Outras regiões podiam empregar marginalmente os cativos de origem africana, mas recorreram sobretudo aos índios, disponíveis por toda parte. Por cooptação ou compulsão, estes se tornaram a força de trabalho básica em muitas regiões. Os paulistas, por exemplo, verdadeiros desbravadores do sertão do Brasil, basearam suas múltiplas atividades na mão de obra indígena, de modo geral na forma de trabalho forçado. No terceiro século da colonização, apenas uma parte limitada do atual território brasileiro era economicamente explorada. As povoações margeavam a costa e tinham pouca integração econômica entre si. As regiões exportadoras de açúcar, baseadas no trabalho escravo após 1600, eram as únicas áreas relativamente integradas. Embora na fase inicial os indígenas tenham sido intensamente utilizados na própria atividade açucareira, foram posteriormente substituídos pelos africanos e teriam sido deslocados para outras atividades auxiliares à exportação, como, por exemplo, a produção de alimentos e o abastecimento de madeira.

A descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso no começo do século XVIII alterou profundamente a estrutura da ocupação da colônia. Senhores mudaram-se com seus escravos e dependentes para o oeste, adentraram o interior e seguiram para o sul pela costa, expandindo, assim, a povoação portuguesa. Com as novas regiões mineradoras no centro, a colônia tornou-se muito mais integrada economicamente, desenvolvendo-se a criação de muare no extremo sul, plantando-se gêneros alimentícios e criando-se animais no planalto paulista e no Rio de Janeiro para abastecer a crescente população interiorana. Abriam-se estradas conducentes às três capitâneas mineradoras, e as tropas de mulas que se tornaram a forma comum de transporte nesses caminhos propiciaram o surgimento de povoações de apoio ao longo das rotas, as quais aprovizionavam os mercados interioranos e forneciam víveres e serviços aos tropeiros e seus animais. Naquele século, o trabalho africano estava sendo introduzido em todas as regiões, independentemente da atividade econômica a que se dedicavam. Em São Paulo, onde outrora a força de trabalho baseara-se

quase unicamente nos indígenas, rapidamente adotou-se o trabalho do escravo africano. Em outras áreas isso provavelmente ocorreu na mesma época, embora talvez com menor intensidade. Os estudos recentes mostram a presença de escravos africanos em todas as regiões ou setores, quer se tratasse de atividades ligadas à exportação de açúcar, café e metais preciosos, de charque ou alimentos para o mercado próximo, de pesca ou mesmo de produção artesanal local. No caso das culturas de exportação, eles constituíram a base da força de trabalho. Em atividades voltadas para o mercado interno, em muitos casos trabalharam ao lado de membros da família dos proprietários ou como assistentes e jornaleiros para artesãos e profissionais liberais. Além disso, foram empregados em todo tipo de trabalho doméstico.

Provavelmente a atividade econômica predominante em cada região era o fator determinante da demanda por escravos e sua estrutura de preços. O comportamento regional dessa demanda gerava o estímulo para a oferta de cativos africanos, trazidos de ultramar ou de outras regiões da colônia. Embora no Brasil tivesse existido uma estrutura de preços relativamente homogênea e moldada pelas condições de oferta na África e pelo tráfico, as peculiaridades dos mercados locais, em especial nos mercados distantes do litoral, criaram estruturas de preços com características regionais.

Essa homogeneidade no mercado nacional também resultou da mobilidade geográfica dos senhores e seus escravos. Em todas as sociedades americanas escravistas de fronteira em expansão, proprietários de escravos puderam mudar-se constantemente com seus cativos para regiões econômicas recém-abertas. O Brasil é célebre pela expansão contínua de suas fronteiras econômicas e populacionais. Agricultores, pecuaristas e grandes fazendeiros que exauriam o solo ou que buscavam novas oportunidades econômicas mudavam-se para uma área virgem, ocupavam-na temporariamente e muitas vezes tornavam a se mudar para outra nova área virgem; essa fronteira permaneceu aberta até muito depois do fim da escravidão. A mão de obra seguia esses desbravadores, e os senhores que migravam levavam consigo seus cativos. Não havia um mercado de trabalho estático que inibisse a movimentação de cativos para essas novas regiões ou mesmo para novos tipos de trabalho. Escravos seguiam seus senhores e novos cativos podiam ser comprados em mercados locais ou distantes.

As condições econômicas locais também tiveram seu impacto sobre a estrutura demográfica da população escrava, pelo menos nos períodos iniciais. Tradicionalmente, pensava-se que as atividades de maior intensidade econômica, em geral ligadas à exportação e ao modelo de *plantation*, levassem à extrema exploração da mão de obra e acarretassem uma expectativa de vida baixa e a incapacidade de reprodução natural da escravaria. Estudos recentes mostraram que o fator determinante na capacidade de reprodução natural dos escravos foi a própria estrutura demográfica da população cativa, sobretudo a distribuição por idade e sexo³⁷. Nas principais regiões de cultura de exportação havia alta demanda por cativos adultos do sexo masculino, e isso levou à distorção da estrutura de idade e sexo. Uma população composta acentuadamente de homens adultos não é ideal para a autorreprodução. Os estudos atuais indicam que nas regiões em que as atividades exportadoras eram menos intensas ou estavam em declínio, a reprodução natural tornou-se possível graças às proporções mais equilibradas nas idades e sexos dos cativos residentes. Isso pode ter ocorrido em Minas Gerais no século XIX, depois da decadência da mineração, em São Paulo, antes da ascensão da produção açucareira e cafeeira, e no Paraná, quando predominavam a agricultura e pecuária em pequena escala³⁸.

Em todas as regiões e em todas as atividades encontramos o uso generalizado de escravos desde o começo do século XVIII até meados do século XIX. Só após 1850, com o fim do tráfico, os cativos voltaram a concentrar-se principalmente nas zonas de maior desenvolvimento econômico. Durante esse século e meio — o período de atividade mais intensa do tráfico atlântico —, os escravos estiveram bem distribuídos por toda a colônia e império e foram utilizados em variadas atividades econômicas. É inegável que os senhores, que usavam seus cativos em atividades tão diversas, tiveram uma clara noção da viabilidade econômica de sua ocupação e das potenciais alternativas para o uso de sua força de trabalho. Adquirir um escravo representava uma compra antecipada de trabalho e requeria que o comprador determinasse o preço máximo que ele poderia pagar baseado no valor futuro do fruto do trabalho. Ademais, deveria levar em conta fatores como o custo do capital, as despesas com a manutenção dos escravos, a expectativa de vida do cativo e sua capacidade de produção no longo prazo, bem como as

condições de mercado para os bens produzidos pelo braço escravo. As condições do mercado local de cativos eram amplamente conhecidas e, em função do lucro potencial de cada negócio, realizava-se a aquisição dos escravos mais adaptados ao tipo de atividade praticada. O mercado oferecia homens e mulheres de todas as idades, condições físicas e habilidades inatas ou aprendidas. Dada a liquidez desse mercado, o agricultor, artesão ou prestador de serviço tinha um leque de alternativas para trocar, vender ou comprar novos cativos. Existem, inclusive, casos de venda ou herança que envolviam a posse compartilhada de um único escravo. Em atividades de baixa lucratividade provavelmente eram usados cativos de preço mais baixo, como crianças, velhos ou adultos com capacidade de trabalho limitada. Escravos também eram intensamente utilizados em trabalhos domésticos, em praticamente todas as numerosas atividades exercidas nessa área. Mulheres compunham a maioria da escravaria doméstica, mas também eram empregadas em outras atividades, inclusive na agricultura.

Uma característica peculiar da escravidão no Brasil foi o grande número de “escravos de ganho”, que vendiam produtos ou serviços por conta própria. No Brasil e na maioria das sociedades escravistas americanas existiam proprietários que alugavam seus cativos a terceiros para todo tipo de trabalho, mas os escravos de ganho foram peculiaridades do Brasil e de algumas sociedades escravistas latino-americanas. Os cativos alugados por senhores eram simplesmente cedidos a uma instituição, um negociante, um artesão, um agricultor ou outro indivíduo, e o proprietário recebia do locatário uma quantia fixa, em geral paga mensalmente. Nesse sistema, normalmente o locatário pagava a manutenção do cativo. Nesse processo o escravo não tinha autonomia alguma, e essa prática foi comum no Brasil e em todas as demais sociedades escravistas³⁹. Em contraste, no sistema dos escravos de ganho os cativos tinham total autonomia para combinar as condições de seu próprio aluguel, sob a condição de que eles próprios, e não os locatários, pagassem o aluguel ao seu senhor. A diferença essencial, portanto, é que esses escravos de ganho firmavam contratos legais, trabalhavam por conta própria e pagavam a seus senhores um “aluguel” fixo diário ou semanal. Muitos deles, em especial os que trabalhavam na rua, tinham licença da Câmara Municipal. Assim, eram reconhecidos como donos de um pecúlio, independentemente de seu

senhor, desde que pagassem seu aluguel fixo e todos os custos de manutenção em que incorressem. Esses escravos de ganho podiam morar na casa de seu senhor, que neste caso pagaria por sua manutenção, ou em outro lugar, com o senhor pagando por sua manutenção ou esta ficando por conta do próprio cativo. Se o escravo fosse oficial de um artesão, este pagava por sua manutenção; se trabalhasse em uma fábrica, em geral o dono faria o mesmo. As estimativas do custo de manutenção de um escravo variam. Um proprietário urbano de Salvador estimou, em 1839, que o custo de manutenção de dez cativos era de 640 réis semanais por escravo, ou seja, 91 réis por dia, per capita. Outro calculou que seu escravo doméstico custava-lhe mais que o dobro disso, 200 réis por dia⁴⁰. Supondo a mais alta dessas estimativas, ao que parece um escravo que pagasse pela própria manutenção teria de ganhar no mínimo 600 réis diários para cobrir todas as suas despesas, caso seu aluguel chegasse a 400 réis por dia, e sua manutenção poderia chegar a 200 réis por dia. Alguns analistas sugerem que, depois de pagos o aluguel e os custos de manutenção (se este ficasse por conta do escravo), o cativo que alugava seus próprios serviços ficava com relativamente pouco dinheiro para poupar. Mas, dado que a autocompra foi comum nesse grupo, pode-se supor que alguma poupança, mesmo que pequena, fosse uma parte essencial do sistema; do contrário, não haveria incentivo para que o cativo trabalhasse sob tais condições. Ao mesmo tempo, essas foram as ocupações clássicas para as quais os senhores tinham de oferecer incentivos positivos a fim de obterem bons resultados econômicos.

Na cidade do Rio de Janeiro entre 1851 e 1879, cerca de 2.868 escravos (dos quais apenas 45 eram mulheres) receberam licença para trabalhar como “escravos de ganho na rua”, atividade essa que, embora fosse a mais comum, não era a única para esses cativos. Embora a maioria (95%) fosse simplesmente descrita como trabalhadores da rua, a maior categoria individualmente definida para homens foi a de vendedores de peixe e, para as mulheres, vendedoras de artigos de armarinho. O segundo grupo importante foi o de vendedores de pães e bolos⁴¹. No tocante à origem, 2.195 (77%) dos escravos de ganho na rua eram africanos⁴². Tais licenças parecem ter sido comuns em outros centros. Em Salvador a lei de registro foi aprovada pela Câmara Municipal em 1835, e no Rio em 1838⁴³.

A maioria desses cativos eram vendedores ambulantes ou trabalhavam como carregadores, sozinhos ou em grupo, levando a carga em carroças, carrinhos de mão, nos ombros ou em um cesto na cabeça⁴⁴. A maioria das pessoas da elite deslocava-se pela cidade em cadeiras carregadas por escravos de ganho. Esses numerosos vendedores e carregadores cativos eram presença comum em todas as cidades brasileiras, e aparecem em várias pinturas de europeus que retrataram cenas do cotidiano nas cidades do Brasil colonial e imperial. Havia também escravos de ganho que não trabalhavam na rua, entre os quais estavam pescadores, “marítimos”, artesãos especializados ou semiespecializados e até quitandeiros. Havia barbeiros, cirurgiões e estivadores formalmente registrados na alfândega ocupados exclusivamente em descarregar navios. Uma das práticas mais comuns era um proprietário mandar seus escravos aprenderem um ofício industrial e, depois do período de aprendizado, permitir-lhes exercer o ofício em estabelecimentos de pessoas livres ou mesmo tornar-se operários em oficinas e manufaturas. Neste caso, os fabricantes ou artesãos pagavam aos cativos um salário descontado o custo de manutenção, e parte dessa renda era então entregue ao dono do escravo. Havia também casos de escravos de ganho que se dedicavam à mendicância ou à prostituição e também pagavam ao seu senhor uma quantia fixa diária ou semanal⁴⁵.

Alguns inventários *post-mortem* indicam o grau de importância financeira da renda auferida com o aluguel desses escravos. Um inventário com data de 1847 em Salvador registrou que escravos de ganho, “carregadores de cadeira”, pagavam a seu senhor 400 mil-réis por dia, e até então haviam trabalhado 934 dias, acumulando uma renda bruta de 373\$600 réis. Esse valor representava a significativa parcela de 83% a 62% do preço de um escravo do sexo masculino em boa saúde na faixa etária mais valorizada. Esses mesmos escravos foram avaliados em 450 a 600 mil-réis dependendo da idade, condições de saúde e habilidade. Portanto, eram necessários 1.500 dias para um escravo compensar os 600 mil-réis de seu preço de compra original. Esse mesmo proprietário possuía quatro adultos carregadores de cadeira e um oficial de sapateiro, o qual também pagava os usuais 400 mil-réis por dia. Possuía ainda dois outros carregadores de cadeira, ainda moços, que pagavam apenas 320 mil-réis por dia, além de Raquel, a única escrava de ganho, que era lava-

deira e engomadeira e lhe pagava 240 mil-réis por dia. Esses oito escravos de ganho viviam todos fora da casa do senhor e pagavam o próprio sustento. Esse proprietário possuía também uma escrava para serviços domésticos, Francisca Nagô, cuja manutenção custava-lhe 200 réis por dia — sua única despesa com sustento de escravo. Como não há registro de outra propriedade importante para esse indivíduo, esses escravos de ganho (mais a jovem escrava doméstica) representavam quase um terço do valor total de seus bens (que foram avaliados em mais de 15:000\$000 réis)⁴⁶. O interessante é que esses oito escravos pagaram-lhe, em 934 dias, a vultosa quantia de 2:689\$920 réis, mais de metade do valor total corrente de seu plantel e 17% de seu patrimônio total⁴⁷.

Além dos dados disponíveis em inventários, há também dados sobre escravos de ganho em anúncios de venda nos jornais diários. Por exemplo, em 1846 um proprietário no Rio de Janeiro pôs à venda um pedreiro qualificado “que ganha 1\$000 réis diários”, o qual, tendo em vista sua qualificação, obviamente se inseria no extremo mais elevado da escala salarial⁴⁸ (embora em outro anúncio um “moleque”, um “perfeito oficial” cujo ofício não está indicado, ganhasse por dia mil-réis)⁴⁹. Um “preto de nação, oficial de correio, que dá de jornal 800 rs.” foi posto à venda, e um “preto de roça” anunciado ganhava 480 réis diários⁵⁰. Surpreendentemente, um “reforçado preto”, para o qual não foi mencionada nenhuma qualificação, ganhava 640 réis por dia⁵¹, enquanto um “preto de media idade”, também sem qualificação mencionada, ganhava 480 réis por dia⁵².

Existem poucos dados para trabalhadores mais pobres indicando o valor dos ganhos, mas o aluguel pelos proprietários desses cativos era muito comum, e com base nesses valores mensais de aluguel podemos ter uma ideia aproximada do que receberiam se fossem escravos de ganho. Amas de leite estavam na faixa mais alta da escala e provavelmente podiam alcançar um aluguel de 645 réis por dia, caso o valor mensal requerido por um proprietário, 20 mil-réis, representasse o padrão usual⁵³. Crianças e adultos que eram alugados como criados domésticos e pajens ganhavam em média entre 322 e 419 réis por dia, com base no aluguel médio mensal de 10 a 13 mil-réis⁵⁴.

Muitos dos cativos que viviam fora da casa do senhor moravam em cortiços, que eram abundantes em todas as principais cidades. Estimou-se, por exemplo, que em 1868 havia na cidade do Rio de Janeiro

642 cortiços de pobres, com um total de 9.671 quartos que abrigavam cerca de 21.029 pessoas em dez das onze freguesias da cidade⁵⁵. Portanto, moradias baratas para os pobres eram comuns por toda parte, e muitos registros criminais mostram que havia pouca discriminação contra os escravos nos bares populares da cidade. Assim, os escravos de ganho tinham à disposição vários lugares para morar e passar as horas vagas. Não é estranho, embora possa parecer, que cativos possuísem sua própria loja e alugassem outros cativos. Esse é o curioso caso de Henrique, um escravo de ganho que possuía um "angu" (estabelecimento que vendia essa comida) e a quem sobrava, após pagar ao seu senhor uma quantia diária ou mensal, o suficiente para poder alugar os serviços da escrava Mariana, pertencente a outro senhor, e usá-la como ajudante para servir sua clientela. Mariana, aliás, também era amante de Henrique⁵⁶.

Todas as fontes evidenciam que a escravidão urbana declinou após o fim do tráfico africano em 1850 e que um número crescente de ocupações passou a ser exercido por pessoas livres. Porém, de modo geral esses escravos de ganho sobreviveram sobretudo como carregadores de fardos e cadeiras no Rio de Janeiro até a abolição da escravidão⁵⁷, embora a ocupação de cocheiro, mais valorizada, pareça ter sido assumida por pessoas livres mesmo antes do fim da escravidão⁵⁸.

Esses amplos e variados usos dos escravos nas áreas rurais e urbanas e na maioria das áreas povoadas criaram várias formas de autonomia, controle, incentivo, punições e relações entre escravos e senhores, entre cativos e outras pessoas livres e entre os próprios cativos. Em algumas atividades, como já mencionamos, a intensidade do trabalho era imposta por meio de rigoroso controle e muita violência física. Em outras, ainda que sem eliminação do controle e do potencial de violência física, foram cruciais os incentivos e recompensas materiais e imateriais. Nos trabalhos domésticos, prestação de serviços, ofícios artesanais e pequenas unidades agrícolas talvez predominassem os incentivos positivos. Na forma de exploração do trabalho vigente na grande lavoura, onde predominavam a força física e o trabalho estruturado, talvez a violência e outros incentivos negativos tenham sido mais importantes. Essas relações de trabalho e coexistência geraram uma situação atípica na sociedade escravista brasileira. Significativas taxas de alforria, muitas delas compra-

das pelos próprios cativos, aumentaram a população livre de origem africana, a qual, por sua vez, cresceu não apenas graças às alforrias, mas também a um generalizado processo de miscigenação ocorrido entre pessoas livres e entre livres e escravos. A forma na qual a escravidão foi organizada no Brasil permitiu uma ampla socialização da população cativa e a formação de famílias, das quais algumas foram mantidas por gerações. Esse é um tema que abriu uma importante área de novos estudos. Casamentos, famílias, parentescos são temas que recentemente proliferaram em estudos de diversas regiões do país. Essas pesquisas demonstram que era comum escravos produzirem parte do alimento que consumiam, trabalhando principalmente aos domingos, o dia normalmente dedicado ao descanso. Qualquer excedente dessa produção podia ser vendido no mercado local, representando uma renda potencial para o escravo. Se para o cativo era uma oportunidade, para o senhor significava uma redução no custo de manutenção.

A estrutura da distribuição dos escravos também reflete as condições sociais e econômicas que analisamos. Há diferenças, mas de modo geral os cativos estiveram presentes em 20% a 30% dos domicílios no período abordado. Na população total, representaram parcela semelhante. A escravaria estava bem distribuída entre os senhores. Os pequenos proprietários eram numerosos, e os grandes fazendeiros com muitos escravos eram minoria. Os senhores com cinco cativos ou menos normalmente compunham metade do total de proprietários e possuíam cerca de um quarto da escravaria. Também devemos ressaltar que entre esses cativos havia crianças, mulheres e velhos. No setor da grande lavoura de exportação, encontramos senhores com cinquenta ou mesmo várias centenas de escravos. E esses cativos de plantéis grandes compunham uma porcentagem representativa da população escrava local. No caso oposto, em que predominavam os pequenos proprietários, os plantéis com quarenta ou mais cativos eram relativamente insignificantes mesmo no total da força de trabalho escrava. O plantel médio variava de cinco a oito escravos na maioria das regiões, e raramente ultrapassava esse tamanho. Isso, obviamente, ocorreu no período anterior a 1850. Após o fechamento do tráfico verificou-se uma tendência de concentração dos escravos nas atividades mais lucrativas, especialmente nas regiões

cafeeiros, onde eles eram mantidos em grandes plantéis, geralmente em fazendas de café com mais de cem cativos.

Em comparação com a maioria das principais sociedades escravistas das Américas, o Brasil pré-1850 assemelhou-se mais aos Estados Unidos do que a qualquer sociedade antilhana. Tinha aproximadamente a mesma proporção de proprietários de escravos na população livre e a mesma parcela de cativos na população total. Porém, mesmo nesses moldes, o plantel médio no Brasil nesse período foi menor do que nos Estados Unidos, e até 1850 foram menos numerosos os donos de plantéis de grande porte. Se em 1790 os Estados Unidos se pareciam com Minas e São Paulo — todos com 6% a 7% dos senhores possuindo vinte ou mais escravos —, em 1850 a parcela desses grandes proprietários nos Estados Unidos aumentara para 11%, e em 1860 para 12%. Em contraste, a Jamaica em 1833 já tinha 20% de seus senhores controlando um plantel de vinte ou mais cativos (ver Tabela 5.1).

Tabela 5.1: Distribuição dos proprietários por tamanho do plantel, regiões e países, 1790-1860.

Tamanho do plantel	São Paulo		Minas Gerais		EUA						Jamaica	
	1829	%	1833	%	1790	%	1850	%	1860	%	1832 (1)	%
1	2.669	24,5%	5.003	24,5%	14.262	30,3%	68.060	19,7%	78.726	20,0%		
2-4	3.828	35,1%	7.281	35,7%	15.402	32,8%	105.144	30,4%	112.677	28,8%	6.649	53,4%
5-9	2.333	21,4%	4.489	22,0%	9.459	20,1%	80.629	23,3%	91.676	23,3%	1.954	15,7%
10-19	1.261	11,6%	2.368	11,6%	4.990	10,6%	54.556	15,8%	63.317	16,1%	1.394	11,2%
20-49	630	5,8%	1.085	5,3%	2.275	4,8%	29.731	8,6%	36.578	9,3%	945	7,6%
50-99	144	1,3%	161	0,8%	471	1,0%	6.195	1,8%	8.635	2,2%	580	4,7%
100-199	19	0,2%	23	0,1%	123	0,3%	1.479	0,4%	2.039	0,5%	536	4,3%
200-299	19	0,2%	3	0,0%	26	0,1%	187	0,1%	230	0,1%	274	2,2%
300+		0,0%	3	0,0%	7	0,0%	67	0,0%	89	0,0%	119	1,0%
Total	10.903	100,0%	20.416	100,0%	47.015	100,0%	346.048	100,0%	393.967	100,0%	12.453	100,0%
Número de escravos	75.783		135.951		694.207		3.200.600		3.950.528		310.817	
Média	7		7		15		9		10		25	

Fontes: B. W. Higman, (1976), pp. 274-275; US Census of 1790, 1850 & 1860; para São Paulo e Minas, Luna e Klein, (2003).

Nota (1): Os dados dos proprietários da Jamaica não estão divididos na faixa de 1-5 escravos. Foi necessário recalcular a estrutura de faixas de tamanho de plantel de Higman para torná-las comparáveis com as demais regiões.

No século XVIII, ao menos para Minas Gerais e para a maioria dos municípios de São Paulo, o padrão geral foi a predominância dos senhores na categoria com cinco ou menos escravos, estando um quarto ou mais do total da escravaria nesses plantéis menores,

e uma parcela relativamente pequena de proprietários na categoria com vinte ou mais escravos, em geral controlando uma porcentagem da escravaria total semelhante à do grupo dos plantéis com cinco ou menos cativos, ou menos de metade do total dos escravos (ver Tabela 5.2). Embora existam poucos dados comparativos para as outras regiões, podemos supor, com base em desdobramentos posteriores, que essas zonas de atividade escravista não diferiram excessivamente, em seus padrões de distribuição, de São Paulo e Minas Gerais no mesmo século⁶⁹.

Tabela 5.2: Distribuição dos proprietários de escravos por tamanho de plantel, Minas Gerais e São Paulo 1718-1792 (localidades com mais de cem escravos).

District	Anos	Plantel 1-5 (%)		Plantel 20+ (%)	
		Proprietários	Escravos	Proprietários	Escravos
Vila de Pitanguy	1723	69,6	29,8	5,9	30,4
Serro Frio	1738	78,4	34,8	3,7	27,0
Congonhas do Sabará	1771	68,4	29,0	1,1	21,5
Sepurihu	1789	60,0	38,8	10,0	14,6
São Domingos	1789	59,5	23,3	10,8	49,9
Água Suja	1789	71,1	24,3	3,4	30,4
Congonhas do Sabará	1790	75,0	34,7	0,0	17,3
Santa Luzia	1790	71,6	25,3	7,3	45,8
São João Barra Longa	1792	69,1	19,5	5,1	42,1
Inficionado	1792	74,9	27,0	5,7	41,2
São Paulo/Várias localidades	1777-78	70,2	30,7	3,1	21,5

Fontes: Luna (1980) e Luna e Klein (2003).

Entretanto, esse padrão diferiu não só entre as regiões, mas também, obviamente, entre os tipos de atividade; além disso, ocorreram níveis crescentes de concentração dos cativos nas unidades maiores (plantéis com 21 ou mais escravos) ao longo do tempo. Em São Paulo, como podemos ver na Tabela 5.3, a concentração geral e por atividade aumentou no decorrer do tempo mesmo antes do fim do tráfico. Entre 1804 e 1829, nas atividades econômicas mais dinâmicas, os grandes senhores aumentaram sua participação não só entre os próprios proprietários, como também, e principalmente, entre os escravos possuídos.

Tabela 5.3: Atividades econômicas dos proprietários, por tamanho de plantel, São Paulo, 1804-1829.

	1804		1829	
	Tamanho de plantel		Tamanho de plantel	
% dos proprietários	1-5	21+	1-5	21+
Açúcar	23%	30%	5%	57%
Aguardente	49%	7%	34%	13%
Café	63%	4%	53%	11%
Alimentos	75%	2%	72%	2%
Pecuária	45%	11%	43%	10%
% dos escravos				
Açúcar	4%	63%	1%	83%
Aguardente	16%	29%	9%	38%
Café	26%	21%	14%	46%
Alimentos	38%	13%	35%	15%
Pecuária	13%	36%	12%	37%

Fonte: Luna e Klein (2003).

Essa tendência evidenciou-se em Minas e em algumas outras regiões que já mostravam declínio na participação proprietários com até cinco escravos. Mas devemos salientar que a tendência não foi uniforme em todas as regiões. Dados censitários da década de 1870 mostram ampla variação entre regiões e distritos, dependendo das condições econômicas locais, mas em geral nota-se que houve uma tendência para aumento na participação dos grandes proprietários nos centros de exportação. Estudos de dois distritos do Piauí em 1875 e outro de Minas Gerais nos anos 1860, baseados em inventários *post-mortem*, também indicaram taxas de distribuição que diferiram pouco dos distritos mineiros no século XVIII⁶⁰. Comum a quase todos foi o padrão de concentração crescente — medido pelo índice de distribuição de Gini que vemos na Tabela 5.4. Em contraste com os valores na faixa dos 40 e do meio da faixa dos 50 encontrados na maioria das localidades no século XVIII e início do XIX, os da segunda metade do século XIX situaram-se nas faixas superiores dos 50 e nos 60.

Tabela 5.4: Número de escravos, número de proprietários e índice de Gini da distribuição dos escravos em distritos selecionados de várias províncias, nos anos iniciais da década de 1870.

	Proprietários	Escravos	Gini
Paraná	2.514	7.940	0,484
Pernambuco	1.434	8.980	0,619
Paraíba	630	1.567	0,428
Maranhão	1.690	5.325	0,488
Pará	594	2.895	0,505
Piauí	3.435	13.120	0,539
Espirito Santo	554	2.963	0,564
Minas Gerais	3.579	1.311	0,510
Rio de Janeiro	350	1.497	0,555
São Paulo	5.090	33.736	0,660
Bahia	556	2.796	0,612
Sergipe	1.687	6.570	0,575
Goias	2.213	7.299	0,477
Rio Grande do Sul	1.270	4.942	0,469

Fonte: Marcondes (2005), tabelas 3.4, 4.4, 5.4, 7.4 e 8.4.

Finalmente, não há dúvida de que as fazendas de café de fins do século XIX concentraram os maiores plantéis já vistos no Brasil, rivalizando com os maiores distritos açucareiros do Nordeste e com os das Antilhas no século XIX. Como se pode notar, as fazendas de café médias nas regiões cafeeiras mais avançadas continham 43 cativos (ver Gráfico 5.1), e essas médias sugerem, com base em um estudo de um distrito cafeeiro de Minas Gerais nesse período, que mais de metade dos cafeicultores possuía 21 cativos ou mais, e que a extraordinária parcela de 90% dos escravos usados na lavoura de café trabalhavam nessas unidades maiores⁶¹.

Gráfico 5.1: Número de fazendas e média de escravos possuídos nas principais zonas de café, Brasil, 1881-88 (número de escravos = 23.553).



Ao mesmo tempo em que encontramos escravos por toda parte, também observamos uma complexa organização da produção de gêneros alimentícios, da qual participavam tanto proprietários como não proprietários de escravos. Ambos os grupos vendiam produtos no mercado. Os não proprietários e os pequenos agricultores vendiam no mercado local o excedente de sua produção não consumido na subsistência. Essa atividade, bem registrada em documentos contemporâneos, evidenciou-se particularmente em Minas Gerais, São Paulo e Paraná, mas também foi encontrada no Nordeste, tudo isso indica a complexidade da sociedade brasileira colonial e imperial e mostra quanto era importante o mercado local e regional. Essa complexidade e importância só recentemente foram compreendidas.

NOTAS

1. André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, p. 159.
2. Citação de Carlos Augusto Taunay em *O Manual do Agricultor Brasileiro*, p. 54. Schwartz cita um observador português que declarou: "Quem quiser tirar proveito de seus negros, há de mantê-los, fazê-los trabalhar bem e surrá-los melhor; sem isso não se consegue serviço nem vantagem alguma". Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos, Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, pp. 122-23.
3. Ver, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*; Ciro Flamarion Cardoso, *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas*; Ciro Flamarion Cardoso et al., *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas*; Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial*.
4. Stefano Fenoaltea, "Slavery and Supervision in Comparative Perspective: a Model". Esse modelo também é usado em Flávio Rabelo Versiani, "Escravidão 'Suave' no Brasil: Gilberto Freyre Tinha Razão?".
5. Carlos Augusto Taunay, *O Manual do Agricultor Brasileiro*, pp. 48-49.
6. Francisco Vidal Luna, "Economia e Sociedade em Minas Gerais (Período Colonial)", pp. 43-46. Esse sistema de remuneração também foi usado por garimpeiros de diamante em Mato Grosso no começo do século XIX. Lucia Helena Gaeta Aleixo, *Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre (1950-1880)*, pp. 32-33.
7. Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman, *Time on the Cross, the Economics of American Negro Slavery*.
8. Paul A. David et al., *Reckoning with Slavery: a Critical Study in the Quantitative History of American Negro Slavery*.
9. Gavin Wright, *The Political Economy of the Cotton South*, cap. 3, pp. 43-89.
10. Entre os 75 mil escravos arrolados no censo populacional de São Paulo em 1829, em uma época na qual o açúcar tornava-se uma atividade predominante no oeste paulista, e o café no Vale do Paraíba, 81% dos escravos pertenciam a agricultores, embora apenas metade residisse em domicílios produtores de café ou açúcar. Assim, apenas 40% desses cativos em 1829 trabalhavam na agricultura de exportação. Mais provavelmente, a maior parte da força de trabalho escrava não estava diretamente envolvida na produção para exportação; alguns estavam fora do mercado (crianças pequenas e idosos) e outros atuavam nas mais diversas atividades, como serviços domésticos e agricultura de subsistência, por exemplo. Luna e Klein, *Slavery and the Economy of São Paulo*, cap. 1.
11. Ver Barbara Weinstein, "Slavery, Citizenship and National Identity in Brazil and the United States South".
12. Ver, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*; Octavio Ianni, *As Metamorfoses do Escravo: Apogeu e Crise da Escravidão no Brasil Meridional*, e Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*. Um reexame dessa visão encontra-se em Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial e A Escravidão Reabilitada*.
13. Alfred H. Conrad e John R. Meyer, "The Economics of Slavery in the Ante Bellum South".
14. Pedro Carvalho de Mello, "Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Economia Cafeeira do Rio de Janeiro, 1858-1888"; ver também Pedro Carvalho de Mello e Robert W. Slenes, "Análise Econômica da Escravidão no Brasil"; e "Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na Segunda Metade do século XIX".
15. Flávio Versiani, "Brazilian Slavery: Toward an Economic Analysis".
16. Antonio Barros de Castro, *Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil. Um Estudo sobre os Trabalhos do Açúcar e a Política Econômica dos Senhores*.
17. Iraci del Nero da Costa, *Repensando o Modelo Interpretativo de Caio Prado Jr.*
18. Leonardo M. Monastério, "FHC Errou? A Economia da Escravidão no Brasil Meridional".
19. Nessa categoria, veja-se Carlos Augusto Taunay, *Manual do Agricultor Brasileiro*.
20. Marquese foi um dos autores que desenvolveu interessantes trabalhos sobre essa nova linha de pesquisas no Brasil. Ver Rafael de Bivar Marquese, *Feitores do corpo, Missionários da Mente*, e seu estudo *Administração & Escravidão. Ideias sobre a Gestão da Agricultura Escravista Brasileira*.
21. Ver, por exemplo, Douglas Cole Libby, *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil: o Caso de Morro Velho*.
22. Para um bom exame da compatibilidade do trabalho livre e escravo na indústria, ver Sérgio de Oliveira Birchal, *O Mercado de Trabalho Mineiro no século XIX*; Douglas Cole Libby, "Proto-industrialization in a Slave Society: the Case of Minas Gerais"; e Mário Danieli Neto, *Escravidão e Indústria: um Estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema - Sorocaba (SP) - 1765-1895*.
23. Fogel e Engerman, *Time on the Cross*, pp. 73-75.
24. Laird W. Bergad, *Slavery and the Demography and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*.
25. Pedro Carvalho de Mello, *A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café, 1850-1888*.
26. Katia M. de Queirós Mattoso e S. L. Engerman, "Trends and Patterns in the Prices of Manumitted Slaves: Bahia, 1819-1888; reimpresso em João José Reis (org.), *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o Negro no Brasil*, pp. 60-72.
27. Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo Oliveira Vergolino, *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*.
28. Ver Renato Leite Marcondes e José Flávio Motta, "Duas fontes documentais para o Estudo dos Preços dos Escravos no Vale do Paraíba Paulista"; Maria Luíza Marcílio et al., "Considerações Sobre o Preço do Escravo no Período Imperial: uma Análise Quantitativa (Baseada no Registro de Escritura de Compra e Venda de Escravos na Bahia); Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, *Sabará e Porto Alegre na Formação do Mercado Nacional no Século XIX*, capítulo 4; Carlos A. M. Lima, "Escravos Artesãos: Preço e Família (Rio de Janeiro, 1789-1839)", pp. 447-484; Afonso de Alencastro Graça Filho, "As Flutuações dos Preços e as Fazendas Escravistas de São João del Rei no século XIX".

29. A Coroa arrecadava a quinta parte do ouro produzido, daí o nome "quinto".
30. "Comparativamente, a riqueza em escravos apresenta características distintas da riqueza representada pela terra. Em economias escravistas modernas, introduzidas a partir da colonização da América, o escravo significa uma das principais formas de riqueza e talvez uma das mais líquidas. Mas é uma riqueza 'perecível' e com custo de manutenção. Não pode ser comparada à riqueza representada pela terra. Esta, na sociedade colonial brasileira, além de seu efetivo valor como meio de produção, representava reserva de valor e poder. A forma como a terra era distribuída, pelo sistema de sesmarias, dava aos detentores desse privilégio uma dimensão de terra de difícil ocupação, dada a tecnologia então utilizada. Talvez na pecuária pudesse ser explorada parcela significativa de uma sesmaria. Talvez na economia açucareira, com o expressivo investimento no engenho, fizesse sentido possuir terra suficiente para uma exploração que se mantivesse no tempo, e da qual se pudesse extrair a madeira necessária ao engenho. Nas demais atividades existia uma incompatibilidade entre a capacidade de ocupação de uma sesmaria e a força de trabalho disponível, em face da tecnologia existente." Francisco Vidal Luna, "São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e Cinco Localidades - (1777-1829)".
31. Ver Tabela 4.5 e capítulo 4, nota 44.
32. "A nosso ver, a somatória dos escravos, dos agregados, dos eventuais assalariados e a própria força de trabalho familiar permitia dimensionar a verdadeira capacidade de trabalho em cada fogo. Não o tamanho da terra. O Brasil, exceto nas áreas açucareiras, era um país de grande propriedade e pequena exploração econômica. Isso fica evidente quando se estuda a posse de escravos." Luna, "São Paulo: População, Atividades e Posse de Escravos em Vinte e Cinco Localidades - (1777-1829)". Para uma análise dessa fronteira móvel e seu impacto sobre a estrutura de classe e o uso dos escravos, ver Alida Metcalf, *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*.
34. Edward Gibbon Wakefield, "A Letter from Sydney".
35. Evsey D. Domar, "The Causes of Slavery or Serfdom: a Hypothesis", p. 21.
36. Ver, por exemplo, o mapa de 1868 de São Paulo produzido por Candido Mendes em seu *Atlas do Império do Brasil*, encontrado em <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa23g.htm>>; e o mapa de 1888 da Província encontrado em Claudio Lo-mellino de Carvalho, *Atlas do Império do Brasil*, mapa XVII.
37. Francisco Vidal Luna "Características Demográficas dos Escravos de São Paulo (1777-1829)".
38. Francisco Vidal Luna e Wilson Cano. "A Reprodução Natural dos Escravos em Minas Gerais (século XIX). Uma Hipótese".
39. Por exemplo, um estudo dos anúncios relacionados a escravos no *Jornal do Comercio*, do Rio de Janeiro, publicados em janeiro de 1848 mostrou que escravos de aluguel eram oferecidos quase diariamente nos jornais e que faziam os mais diversos trabalhos, como artesãos especializados, cozinheiras, passadeiras, lavadeiras e até amas-de-leite, que eram alugadas diretamente por seus senhores. Um exemplo bem característico desse tipo de anúncios foi o publicado em 18 de janeiro de 1846: "Aluga-se uma preta que sabe lavar, engomar e cozinhar por 12\$ adiantados." Em 6 de janeiro de 1847, na página 4 do mesmo jornal, ofereceu-se: "aluga-se uma preta ama de leite do primeiro parto, parida há dois meses por 20\$ mensais pagos adiantados".
40. Maria José de Souza Andrade, *A Mão de Obra Escrava em Salvador, 1811-1860*, pp. 134-135.
41. Luiz Carlos Soares, *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do século XIX*, tabela XLVIII, p. 421.
42. O maior grupo, composto por mais de mil pessoas, provinha da África centro-ocidental; metade desse número vinha da África ocidental, e 294 da África oriental. Para 347 pessoas não foi mencionada a nação africana. Soares, *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil*, p. 128.
43. Também se requeria licença a trabalhadores livres que vendiam na rua seus serviços ou produtos. Para essas duas leis, ver Paulo Cruz Terra, *Tudo Que Transporta e Carrega é Negro? Carregadores, Cocheiros e Carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)*, pp. 34-35.
44. Uma das poucas ocupações de carga exclusivamente identificadas com escravos foi a de "ganho com cesto", na qual o cativo carregava na cabeça um cesto com vários tipos de mercadoria. Terra, *Tudo Que Transporta...*, p. 40.
45. Um dos melhores estudos detalhados sobre os escravos de ganho, também conhecidos como ganhadores, é o de Soares, *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil*, capítulo 5. A maioria das prostitutas profissionais no Rio na primeira metade do século XIX eram mulheres livres de cor nascidas no Brasil ou portuguesas; entraram depois em seu lugar mulheres do centro e leste europeu. As escravas praticavam formas mais ocasionais e discretas de prostituição, embora senhores mandassem suas cativas oferecer-se nas ruas, mesmo depois da hora de recolher, e lhes permitissem trabalhar como escravas de ganho a fim de encorajar essa prática. Luiz Carlos Soares, *Rameiras, Ilhoas, Polacas... a Prostituição no Rio de Janeiro do Século XIX*, especialmente cap. 5. Uma série de casos relacionados a prostituição de escravas na década de 1870 sugere que proprietários pobres, a maioria mulheres, mandavam suas cativas prostituir-se, mas em geral em bordéis obscuros, pois oferecer seus serviços na rua era perigoso demais para escravas. De fato, aparentemente as que se ofereciam nas ruas eram escravas de ganho. Sandra Lauderdale Graham, "Slavery Impasse: Slave Prostitutes, Small-time Mistresses, and the Brazilian Law of 1871", pp. 670, 673.
46. Sobre os preços relativos de escravos qualificados e não qualificados por idade e sexo, ver Carlos M. Lima, "Escravos e Artesãos, Preço e Família (Rio de Janeiro 1789-1839)", tabelas 4 e 5 e gráficos 1-5, pp. 478-479, 482-484. O interessante é que os preços dos trabalhadores qualificados permaneceram no mesmo nível elevado para as idades entre vinte e quarenta anos, enquanto para os não qualificados de ambos os sexos caiu significativamente depois do auge na casa dos vinte.
47. Andrade, *A Mão de Obra Escrava em Salvador, 1811-1860*, pp. 133-134.
48. *Jornal do Comercio*, 18 de janeiro de 1846, p. 4.
49. *Jornal do Comercio*, 7 de janeiro de 1846, p. 4.
50. *Jornal do Comercio*, 12 de janeiro de 1845, p. 4; 7 de janeiro de 1846, p. 4.
51. "Vende-se por muita precisão um reforçado preto que ganha 640 réis por dia [...]" *Jornal do Comercio*, 6 de fevereiro de 1846, p. 3.
52. *Jornal do Comercio*, 9 de fevereiro de 1846, p. 3.
53. *Jornal do Comercio*, 6 de janeiro de 1846, p. 4. Para uma análise de numerosos outros anúncios de aluguel e venda de amas-de-leite no Rio de Janeiro em 1848 no *Jornal do Comercio*, ver o ensaio não publicado de Bárbara Canedo Ruiz Martins, *Merinas e Mulheres: as Imagens das Amas-de-leite no Mercado de Trabalho Doméstico Urbano do Rio de Janeiro (1830-1888)*, e para períodos posteriores, ver sua tese *Amas-de-leite e Mercado de Trabalho Feminino: Descortinando Práticas e Sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890)*.
54. Ver, por exemplo, ofertas de aluguel de cinco "pretas" a 12\$ e 13\$ mil-réis, e outro de uma "preta que sabe lavar, engomar e cozinhar por 12\$"; *Jornal do Comercio*, 18 de janeiro de 1846, p. 4.
55. Marilene Rosa Nogueira da Silva, *Negro na Rua, a Nova Face da Escravidão*, tabela 13, p. 126.
56. Soares, *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil*, pp. 140-41.
57. *Idem*, p. 128.
58. Sobre trabalho livre em algumas subespecialidades como cocheiro de carruagens